

DOCUMENTO BASEADO NAS DISCUSSÕES DO "SEMINÁRIO DE METODOLOGIA"

A questão da metodologia em educação popular talvez não se apresente hoje com o mesmo destaque com que se colocava em épocas anteriores. Parece deixar de fazer parte das preocupações centrais dos agentes de educação popular sem que, de imediato, se encontre uma explicação clara para o fato.

Algumas pessoas comprometidas com trabalhos de educação popular começam justamente a se indagar sobre os motivos que determinaram este comportamento. E não o fazem a simples título de curiosidade histórica como se a questão da metodologia pertencesse a um passado distante e não tivesse peso algum na compreensão do que ocorre hoje. Mas efetivamente se propõem a buscar respostas que esclareçam a significação que tem a metodologia nas práticas atuais de educação popular.

A primeira indicação que se encontra para explicar a ênfase dada, há alguns anos atrás, aos métodos e técnicas de atuação é a repercussão da fase do desenvolvimento sobre o conjunto das práticas sociais. É preciso lembrar, na época, a apologia dos critérios de eficiência, dos mecanismos para a obtenção de resultados rápidos (urgência correr com o desenvolvimento para superar o atraso nacional), do planejamento, da racionalização dos meios, enfim a apologia dos modelos, isto é um conjunto articulado de elementos que servia como norma para o encaminhamento da prática. O que não fosse "tecnificado" não se coadunava com os padrões de modernização em voga. A educação também se enquadrava nessa mecânica de contabilização do esforço: estímulo certo - resposta certa. Ex. "quantos adultos serão educados tendo em vista a mobilização de x recursos humanos e materiais?"

Em contrapartida à promoção de métodos e técnicas de atuação na conjuntura do desenvolvimentismo, aponta-se a conjuntura de crise do populismo como responsável, em parte, pela "crise" das metodologias. E isso, nos seguintes termos: os modelos de mobilização popular já não eram adequados ao momento - os populares estavam dispensados de serem mobilizados e já não se precisava deles no plano político.

Entretanto, hoje, a falta de recurso a modelos de atuação em educação popular poderia estar significando o resultado de um balanço crí-

tico da experiência sócio-política imediatamente anterior e durante a crise do populismo. Uma vez constatadas e criticadas as fragilidades dessa experiência, ninguém se propõe a revivê-la. Dessa experiência não decorre uma condenação explícita e categórica dos modelos veiculados na época, mas uma reserva, hoje, quanto ao que já está pronto, pré-estabelecido (os pacotes). Quer dizer: ou a utilização dos modelos no passado foi avaliada como pouco eficaz, ou estes modelos revelaram-se incoerentes com algumas das atuais propostas sócio-políticas que inspiram hoje as iniciativas de educação popular.

Daí as perguntas:

Estaria existindo uma metodologia não configurada em modelos? Ou melhor, a não explicitação de um modelo ao invés de significar uma ausência de metodologia, poderia estar ocultando uma sistemática bem definida de atuação?

Seriam as condições sócio-políticas atuais que não estariam permitindo ainda a explicitação de modelos?

A experiência mais recente de educação popular ainda não acumulou condições para a sistematização de metodologias? Ou efetivamente estaria existindo uma tendência à não estruturação de modelos de atuação?

Teria ocorrido uma assimilação de alguns procedimentos metodológicos, desvinculados dos seus respectivos modelos?

Sejam em forma de modelos (explicitados ou implícitos) ou meros procedimentos, um novo lastro metodológico não estaria subordinado à própria dinâmica dos grupos? Portanto, qualquer formulação de ordem metodológica estaria em aberto frente ao dinamismo dos grupos?

Pelo caminho destas considerações pode-se chegar a formular uma questão que parece menos circunstancial e que merece uma reflexão mais aprofundada:

1. QUAIS SERIAM, ENTÃO, OS FATORES DETERMINANTES DE UMA METODOLOGIA DA PRÁTICA EDUCATIVA?

a) O principal fator, ou seja, a determinação mais abrangente seria a própria conjuntura. Pelo menos já está claro para os que se debruçam sobre a questão, que as propostas educativas, em qualquer nível, tem razões em cada conjuntura. Isso significaria que uma metodologia da prática educativa não se explica pela própria mecânica interna. Mas ela seria, em última instância, determinada pelo jogo de interesses e pela cor

respondente composição das forças sociais do momento. Donde, ela concretizaria interesses muito presentes. Por exemplo: metodologias voltadas para a integração social, ou para a mobilização popular ou para a mudança estrutural, etc.

b) Num âmbito mais delimitado, seriam apontados como fatores de determinantes na constituição e funcionamento da metodologia as próprias instituições que promovem as atividades educativas. O projeto de intervenção social de uma instituição educativa certamente absorve elementos dos interesses em jogo agindo, em última análise, em função desses interesses. Daí que dependendo da proposta que elabora e veicula, reconhece-se a que grupo de interesses serve a instituição. E, na medida em que a metodologia é considerada um instrumental que serve à concretização de objetivos bem determinados, ela está, de antemão, condicionada pelos objetivos e pela faixa específica de trabalhos escolhidos pela instituição.

Ressalve-se porém que o momento vivido pela instituição não reflete mecanicamente a conjuntura da sociedade em toda a sua complexidade. Ela guarda o seu espaço específico. Ao mesmo tempo, ela interioriza algumas das contradições existentes pelo próprio fato da sua inserção no processo social.

Sendo a instituição alguma coisa viva e identificável, tem uma configuração e uma dinâmica que, no caso, é dada por seus próprios agentes. Estes por sua vez estabelecem com o projeto institucional dominante uma relação de maior ou menor adesão. Isso significa que o consenso absoluto nunca existe e que, a nível de realização das propostas institucionais junto às camadas populares - e portanto, a nível também do uso de métodos e técnicas - os agentes que "representam" a instituição podem, por influência de seus objetivos individuais, não realizar a globalidade da proposta institucional.

Contudo, não se pode ignorar que as instituições têm um poder de interferência sobre a criação, escolha e uso da metodologia, que se dá por vários caminhos: história e/ou tradição da instituição; modo como se inscrevem na conjuntura das forças políticas; estilos de funcionamento; e, às vezes, mais particularmente, mecanismos para o controle de sua ação: dos agentes e dos grupos populares com que trabalha.

c) Um outro fator seria a reserva de experiência acumulada no campo específico do instrumental metodológico, ou seja, a reserva de saber

disponível nesse campo.

Atente-se para o fato de que, no Brasil, até bem pouco tempo (quer dizer, até o surto de criatividade nacional do início da década de 60), só se dispunha de métodos importados. E mesmo a sua adaptação às condições do país não levaria a distanciá-los muito das raízes e explicações que lhe deram origem.

Veja-se o caso do desenvolvimento de comunidade: criado sob a inspiração colonialista e feito para responder às circunstâncias do desenvolvimento da sociedade americana, uma vez no Brasil, apesar de todos os esforços e esperanças nele depositados nunca serviu nem servirá para expressar a iniciativa e os interesses das camadas populares. É, por sua própria estrutura, um método voltado para melhorar o funcionamento do que existe ou para promover a adaptação dos grupos populares às iniciativas que independem da participação desses grupos.

Nessa experiência de utilização de métodos e técnicas é preciso levar em conta o que a prática é capaz de devolver enquanto crítica. Nisso os agentes de educação popular têm um papel muito fundamental na medida em que avaliam os resultados e criticam os processos de trabalho. O próprio confronto entre as suas perspectivas e expectativas políticas e a prática educativa tem sido um núcleo de análise muito produtivo. Se a análise é feita à luz de uma leitura mais consequente da organização da sociedade, passa-se a uma exigência maior no que diz respeito tanto aos instrumentos da prática quanto à viabilidade das propostas. No fundo, é como se uma relação dialética se estabelecesse entre estas duas dimensões e pudesse assim ser explicitado:

- || a proposta faz a prática
- || a prática faz a proposta

Por exemplo, métodos marcadamente voltados para a transmissão do saber e/ou "preenchimento das consciências" (às vezes têm-se a impressão de que algumas práticas educativas partem do pressuposto de que os grupos populares não têm nenhuma consciência de sua situação ou talvez tenham a consciência "vazia" com respeito às referências necessárias à superação dos seus entraves; daí a ênfase em "dar consciência" ou promover o preenchimento dos vazios) terminam por ser rejeitados quando criticados na ótica de uma proposta de afirmação do saber popular e do uso da consciência possível que se foi construindo ao longo do processo de trabalho.

2*. CONSIDERANDO ESTES FATOS, QUE TENDÊNCIAS ESTARIAM HOJE SENDO APONTADAS NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR QUE REVELAM AS POSSIBILIDADES DE NOVAS ABORDAGENS METODOLÓGICAS? (O que se segue não pretende, em hipótese alguma, ilustrar o universo da experiência atual da educação popular no Brasil. Trata-se, apenas, de algumas indicações sobre o que foi possível apreender e, portanto, não são indicações gerais).

- . Em primeiro lugar, verifica-se que a prática educativa atual não está sendo veiculada exclusivamente através das instituições ditas educativas. Em contraposição à história anterior dos movimentos populares, onde o que se percebia era a condução (ou pretensa condução) desses movimentos por parte das camadas médias da sociedade, hoje se buscam as formas pelas quais o poder de decisão possa ser exercido pelos próprios grupos populares. Conseqüentemente, as iniciativas de fora e sobre a população que marcavam muito o caráter institucional da intervenção educativa, tendem a ceder lugar a uma atuação que tenha como referência a iniciativa popular, institucional ou não.
- . O agente, por sua vez, tende a deixar de ser o condutor do processo e passa a exercer a função de assessor: assessor do que lhe é proposto. Busca-se, ao mesmo tempo, o controle popular e as formas de organização populares.
- . A tendência da prática educativa hoje é muito mais a:
 - de "abrir espaço", "dar condições" em favor da exploração que os grupos populares tem a dar a respeito do que vivem e sentem (uso do saber e poder popular).
 - de compromisso com os interesses concretos das camadas populares.
 - de apoio às lutas populares, às expressões de resistência. Isso podendo se dar em duas linhas:
 - . assessoria às reivindicações dos trabalhadores (ex: aliança entre a Igreja e as camadas trabalhadoras)
 - . apoio às reivindicações a nível das comunidades (e não da instituição) Ex: no plano da saúde, da educação, da habitação, dos serviços coletivos, etc.

* Aviso: o item 2 desse documento é muito mais a síntese dos resultados da discussão do que a recuperação da própria discussão como se tentou fazer no item 1. Os participantes do seminário devem perceber com clareza a diferença de peso e estilo entre as duas partes do documento.

E, ao agente, o desafio de encontrar o melhor modo de se inserir na dinâmica desse processo.

. Ainda:

- o uso de técnicas de expressão (ex: dramatização) em lugar de técnicas de animação. A diferença fundamental estaria em que, no primeiro grupo de técnicas, a palavra, a explicação, a história são do grupo popular; é a expressão da experiência e da interpretação popular que se tem em vista. E no segundo grupo, o papel fundamental é do agente que se esforça por um maior grau de participação do grupo.
- o uso de métodos e técnicas que revelem e evidenciem os conflitos para que eles sejam enfrentados, ao invés de outros modos usados para camuflar ou neutralizar conflitos reais (ex: dinâmica de grupo).

Entre essas novas tendências, algumas são mais fundamentais ou mais abrangentes, tais como:

- . a ênfase no controle do processo educativo pelos grupos populares;
- . a vivência democrática pelo uso da decisão coletiva;
- . e ainda, a atenção para que cada grupo expresse a sua própria realidade, ou melhor, o respeito às situações diversas dos grupos populares.

3. REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS

Da leitura dessas e de outras tendências, são levantadas algumas referências metodológicas. Fala-se em referências metodológicas porque não se trata mais da montagem de um modelo e sim de algumas referências que orientam um comportamento metodológico na ação, na prática educativa.

- . Vinculação a um projeto que tenha em vista ou concretize os interesses dos trabalhadores
- . Controle do processo pelos grupos populares. A referência deixa de ser a participação (que tem levado a muitas ambiguidades) e passa a ser o poder. Quando se fala em controle do processo, fala-se em controle dos objetivos do trabalho, controle sobre as atividades e sobre a avaliação.
- . A explicitação e uso do saber popular.
- . A contribuição do agente está na ordem do saber e nunca do poder. Essa contribuição é definida pelo momento do grupo e se inscreve na dinâmica própria destes grupos.

- . A valorização das formas de organização que emergem dos grupos populares. Portanto, ter sempre em vista o potencial organizatório das camadas populares, e democraticamente.
- . Valorização das práticas populares.

Em tudo isso, teve-se sempre em mente que a metodologia diz respeito:

- a instrumental "técnico"
 - . criação, uso e crítica de determinados procedimentos mais ou menos formalizados que facilitem a realização dos objetivos da educação popular.
- a contribuição em termos de informação
 - . considerando que o agente tem acesso a informações que ajudam no esclarecimento das questões enfrentadas pelos grupos populares, supõe-se que a metodologia também diz respeito às formas pelas quais estas informações são postas a serviço destes grupos.
- e às formas de encaminhamento
 - . aí se incluem as formas de abordagem dos grupos populares, os modos de inserção dos agentes no processo desses grupos e, fundamentalmente, a postura dos agentes em cada momento do processo educativo tendo em vista as relações de poder e saber que esses agentes venham a estabelecer no interior deste processo.

NOVA/Alta?
(nova ad) quais?

5 anos x...

NOVA

DOCUMENTO BASEADO NAS DISCUSSÕES DO SEMINÁRIO DE METODOLOGIA*

A questão da metodologia em educação popular talvez não se apresente hoje com o mesmo destaque com que se colocava em épocas anteriores. Parece deixar de fazer parte das preocupações centrais dos agentes de educação popular sem que, de imediato, se encontre uma explicação clara para o fato.

Algumas pessoas comprometidas com trabalhos de educação popular começam justamente a se indagar sobre os motivos que determinaram este comportamento. E não o fazem a simples título de curiosidade histórica como se a questão da metodologia pertencesse a um passado distante e não tivesse peso algum na compreensão do que ocorre hoje. Mas efetivamente se propõem a buscar respostas que esclareçam a significação que tem a metodologia nas práticas atuais de educação popular.

A primeira indicação que se encontra para explicar a ênfase dada, há alguns anos atrás, aos métodos e técnicas de atuação é a repercussão da fase do desenvolvimento sobre o conjunto das práticas sociais. É preciso lembrar, na época, a apologia dos critérios de eficiência, dos mecanismos para a obtenção de resultados rápidos (urgência correr com o desenvolvimento para superar o atraso nacional), do planejamento, da racionalização dos meios, enfim a apologia dos modelos, isto é um conjunto articulado de elementos que servia como norma para o encaminhamento da prática. O que não fosse "tecnificado" não se coadunava com os padrões de modernização em voga. A educação também se enquadrava nessa mecânica de contabilização do esforço: estímulo certo - resposta certa. Ex. "quantos adultos serão educados tendo em vista a mobilização de x recursos humanos e materiais?"

Em contrapartida à promoção de métodos e técnicas de atuação na conjuntura do desenvolvimentismo, aponta-se a conjuntura de crise do populismo como responsável, em parte, pela "crise" das metodologias. E isso, nos seguintes termos: os modelos de mobilização popular já não eram adequados ao momento - os populares estavam dispensados de serem mobilizados e já não se precisava deles no plano político.

Entretanto, hoje, a falta de recurso a modelos de atuação em educação popular poderia estar significando o resultado de um balanço crí-

tico da experiência sócio-política imediatamente anterior e durante a crise do populismo. Uma vez constatadas e criticadas as fragilidades dessa experiência, ninguém se propõe a revivê-la. Dessa experiência não decorre uma condenação explícita e categórica dos modelos veiculados na época, mas uma reserva, hoje, quanto ao que já está pronto, pré-estabelecido (os pacotes). Quer dizer: ou a utilização dos modelos no passado foi avaliada como pouco eficaz, ou estes modelos revelaram-se incoerentes com algumas das atuais propostas sócio-políticas que inspiram hoje as iniciativas de educação popular.

Daí as perguntas:

(1) Estaria existindo uma metodologia não configurada em modelos? Ou melhor, a não explicitação de um modelo ao invés de significar uma ausência de metodologia, poderia estar ocultando uma sistemática bem definida de atuação?

(2) Seriam as condições sócio-políticas atuais que não estariam permitindo ainda a explicitação de modelos?

(3) A experiência mais recente de educação popular ainda não acumulou condições para a sistematização de metodologias? Ou efetivamente estaria existindo uma tendência à não estruturação de modelos de atuação?

(4) Teria ocorrido uma assimilação de alguns procedimentos metodológicos, desvinculados dos seus respectivos modelos?

(5) Sejam em forma de modelos (explicitados ou implícitos) ou meros procedimentos, um novo lastro metodológico não estaria subordinado à própria dinâmica dos grupos? Portanto, qualquer formulação de ordem metodológica estaria em aberto frente ao dinamismo dos grupos?

Pelo caminho destas considerações pode-se chegar a formular uma questão que parece menos circunstancial e que merece uma reflexão mais aprofundada:

QUESTÃO
FUNDAMENTAL

1 QUAIS SERIAM, ENTÃO, OS FATORES DETERMINANTES DE UMA METODOLOGIA DA PRÁTICA EDUCATIVA?

a) O principal fator, ou seja, a determinação mais abrangente seria a própria conjuntura. Pelo menos já está claro para os que se debruçam sobre a questão, que as propostas educativas, em qualquer nível, tem razões em cada conjuntura. Isso significaria que uma metodologia da prática educativa não se explica pela própria mecânica interna. Mas ela seria, em última instância, determinada pelo jogo de interesses e pela cor

respondente composição das forças sociais do momento. Donde, ela concretizaria interesses muito presentes. Por exemplo: metodologias voltadas para a integração social, ou para a mobilização popular ou para a mudança estrutural, etc.

b) Num âmbito mais delimitado, seriam apontados como fatores de terminantes na constituição e funcionamento da metodologia as próprias instituições que promovem as atividades educativas. O projeto de intervenção social de uma instituição educativa certamente absorve elementos dos interesses em jogo agindo, em última análise, em função desses interesses. Daí que dependendo da proposta que elabora e veicula, reconhece-se a que grupo de interesses serve a instituição. E, na medida em que a metodologia é considerada um instrumental que serve à concretização de objetivos bem determinados, ela está, de antemão, condicionada pelos objetivos e pela faixa específica de trabalhos escolhidos pela instituição.

Ressalve-se porém que o momento vivido pela instituição não reflete mecanicamente a conjuntura da sociedade em toda a sua complexidade. Ela guarda o seu espaço específico. Ao mesmo tempo, ela interioriza algumas das contradições existentes pelo próprio fato da sua inserção no processo social.

Sendo a instituição alguma coisa viva e identificável, tem uma configuração e uma dinâmica que, no caso, é dada por seus próprios agentes. Estes por sua vez estabelecem com o projeto institucional dominante uma relação de maior ou menor adesão. Isso significa que o consenso absoluto nunca existe e que, a nível de realização das propostas institucionais junto às camadas populares - e portanto, a nível também do uso de métodos e técnicas - os agentes que "representam" a instituição podem, por influência de seus objetivos individuais, não realizar a globalidade da proposta institucional.

Contudo, não se pode ignorar que as instituições têm um poder de interferência sobre a criação, escolha e uso da metodologia, que se dá por vários caminhos: história e/ou tradição da instituição; modo como se inscrevem na conjuntura das forças políticas; estilos de funcionamento; e, às vezes, mais particularmente, mecanismos para o controle de sua ação: dos agentes e dos grupos populares com que trabalha.

c) Um outro fator seria a reserva de experiência acumulada no campo específico do instrumental metodológico, ou seja, a reserva de saber

disponível nesse campo.

Atente-se para o fato de que, no Brasil, até bem pouco tempo (quer dizer, até o surto de criatividade nacional do início da década de 60), só se dispunha de métodos importados. E mesmo a sua adaptação às condições do país não levaria a distanciá-los muito das raízes e explicações que lhe deram origem.

Veja-se o caso do desenvolvimento de comunidade: criado sob a inspiração colonialista e feito para responder às circunstâncias do desenvolvimento da sociedade americana, uma vez no Brasil, apesar de todos os esforços e esperanças nele depositados nunca serviu nem servirá para expressar a iniciativa e os interesses das camadas populares. É, por sua própria estrutura, um método voltado para melhorar o funcionamento do que existe ou para promover a adaptação dos grupos populares às iniciativas que independem da participação desses grupos.

Nessa experiência de utilização de métodos e técnicas é preciso levar em conta o que a prática é capaz de devolver enquanto crítica. Nisso os agentes de educação popular têm um papel muito fundamental na medida em que avaliam os resultados e criticam os processos de trabalho. O próprio confronto entre as suas perspectivas e expectativas políticas e a prática educativa tem sido um núcleo de análise muito produtivo. Se a análise é feita à luz de uma leitura mais consequente da organização da sociedade, passa-se a uma exigência maior no que diz respeito tanto aos instrumentos da prática quanto à viabilidade das propostas. No fundo, é como se uma relação dialética se estabelecesse entre estas duas dimensões e pudesse assim ser explicitado:

|| a proposta faz a prática
|| a prática faz a proposta

Por exemplo, métodos marcadamente voltados para a transmissão do saber e/ou "preenchimento das consciências" (às vezes têm-se a impressão de que algumas práticas educativas partem do pressuposto de que os grupos populares não têm nenhuma consciência de sua situação ou talvez tenham a consciência "vazia" com respeito às referências necessárias à superação dos seus entraves; daí a ênfase em "dar consciência" ou promover o preenchimento dos vazios) terminam por ser rejeitados quando criticados na ótica de uma proposta de afirmação do saber popular e do uso da consciência possível que se foi construindo ao longo do processo de trabalho.

DESENVOLVIMENTO
DE
COMUNIDADE

Atividade
Prática

Relação dialética

2*) CONSIDERANDO ESTES FATOS, QUE TENDÊNCIAS ESTARIAM HOJE SENDO APONTADAS NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR QUE REVELAM AS POSSIBILIDADES DE NOVAS ABORDAGENS METODOLÓGICAS? (O que se segue não pretende, em hipótese alguma, ilustrar o universo da experiência atual da educação popular no Brasil. Trata-se, apenas, de algumas indicações sobre o que foi possível apreender e, portanto, não são indicações gerais).

- . Em primeiro lugar, verifica-se que a prática educativa atual não está sendo veiculada exclusivamente através das instituições ditas educativas. Em contraposição à história anterior dos movimentos populares, onde o que se percebia era a condução (ou pretensa condução) desses movimentos por parte das camadas médias da sociedade, hoje se buscam as formas pelas quais o poder de decisão possa ser exercido pelos próprios grupos populares. Consequentemente, as iniciativas de fora e sobre a população que marcavam muito o caráter institucional da intervenção educativa, tendem a ceder lugar a uma atuação que tenha como referência a iniciativa popular, institucional ou não.
- . O agente, por sua vez, tende a deixar de ser o condutor do processo e passa a exercer a função de assessor: assessor do que lhe é proposto. Busca-se, ao mesmo tempo, o controle popular e as formas de organização populares.
- . A tendência da prática educativa hoje é muito mais a:
 - de "abrir espaço", "dar condições" em favor da explicação que os grupos populares tem a dar a respeito do que vivem e sentem (uso do saber e poder popular).
 - de compromisso com os interesses concretos das camadas populares.
 - de apoio às lutas populares, às expressões de resistência. Isso podendo se dar em duas linhas:
 - . assessoria às reivindicações dos trabalhadores (ex: aliança entre a Igreja e as camadas trabalhadoras)
 - . apoio às reivindicações a nível das comunidades (e não da instituição) Ex: no plano da saúde, da educação, da habitação, dos serviços coletivos, etc.

* Aviso: o item 2 desse documento é muito mais a síntese dos resultados da discussão do que a recuperação da própria discussão como se tentou fazer no item 1. Os participantes do seminário devem perceber com clareza a diferença de peso e estilo entre as duas partes do documento.

E, ao agente, o desafio de encontrar o melhor modo de se inserir na dinâmica desse processo.

Ainda:

- o uso de técnicas de expressão (ex: dramatização) em lugar de técnicas de animação. A diferença fundamental estaria em que, no primeiro grupo de técnicas, a palavra, a explicação, a história são do grupo popular; é a expressão da experiência e da interpretação popular que se tem em vista. E no segundo grupo, o papel fundamental é do agente que se esforça por um maior grau de participação do grupo.
- o uso de métodos e técnicas que revelem e evidenciem os conflitos para que eles sejam enfrentados, ao invés de outros modos usados para camuflar ou neutralizar conflitos reais (ex: dinâmica de grupo).

Entre essas novas tendências, algumas são mais fundamentais ou mais abrangentes, tais como:

- a ênfase no controle do processo educativo pelos grupos populares;
- a vivência democrática pelo uso da decisão coletiva;
- e ainda, a atenção para que cada grupo expresse a sua própria realidade, ou melhor, o respeito às situações diversas dos grupos populares.

3. REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS

Da leitura dessas e de outras tendências, são levantadas algumas referências metodológicas. Fala-se em referências metodológicas porque não se trata mais da montagem de um modelo e sim de algumas referências que orientam um comportamento metodológico na ação, na prática educativa.

- (3.1) Vinculação a um projeto ^{político?} que tenha em vista ou concretize os interesses dos trabalhadores
- (3.2) Controle do processo pelos grupos populares. A referência deixa de ser a participação (que tem levado a muitas ambiguidades) e passa a ser o poder. Quando se fala em controle do processo, fala-se em controle dos objetivos do trabalho, controle sobre as atividades e sobre a avaliação.
- (3.3) A explicitação e uso do saber popular.
- (3.4) A contribuição do agente está na ordem do saber e nunca do poder. Essa contribuição é definida pelo momento do grupo e se inscreve na dinâmica própria destes grupos.

- 3.5. A valorização das formas de organização que emergiam dos grupos populares. Portanto, ter sempre em vista o potencial organizatório das camadas populares, e democraticamente,
- 3.6. Valorização das práticas populares.

Em tudo isso, teve-se sempre em mente que a metodologia diz respeito:

- a instrumental "técnico"
 - . criação, uso e crítica de determinados procedimentos mais ou menos formalizados que facilitem a realização dos objetivos da educação popular.
- a contribuição em termos de informação
 - . considerando que o agente tem acesso a informações que ajudam no esclarecimento das questões enfrentadas pelos grupos populares, supõe-se que a metodologia também diz respeito às formas pelas quais estas informações são postas a serviço destes grupos.
- e às formas de encaminhamento
 - . aí se incluem as formas de abordagem dos grupos populares, os modos de inserção dos agentes no processo desses grupos e, fundamentalmente, a postura dos agentes em cada momento do processo educativo tendo em vista as relações de poder e saber que esses agentes venham a estabelecer no interior deste processo.